PREGÃO ELETRÔNICO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL - UASG 158268

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2020.
(Processo Administrativo nº [23238.001404/2020-94](#))

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. *Aquisição de EQUIPAMENTOS PERMANENTES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento: Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):*

ITEM	Especificação (conforme catálogo de materiais SIG)	Quantidade (Q)	Unidade
1	Medidor de pH e temperatura portátil para carne, com sonda de penetração combinada (específica para carnes e embutidos), com compensação automática de temperatura, gabinete	1	Unidade
2	Máquina Router Laser Cnc, Área De Trabalho 1300x900 Pot.150w, Potência Do Laser Tubo De 150w, Laser Do Tipo Tubo Water Cooler 10.6 M, Velocidade Máxima Da Gravação: 0 - 350 Mm/Seg, Velocidade De Corte: 0 - 30 Mm/Seg, Precisão: 0,01 Milímetros, Resolução: 0.01mm, Refrigeração Tubo Laser Chiller - Cw3000, Alimentação Em 220v, Min. Moldagem De Caractere Chinês 2 Milímetros X 2mm, Inglês 1 Milímetro X 1mm, Formatos De Arquivos Suportados (Mínimo): Bmp, Jpg, Tiff, Sistema De Condução Tipo Motor De Passo, Temperatura De Operação Entre 0 ° C ~ 45 ° C, Variação Da Umidade 5% ~ 95%, Potência Bruta Sendo 950w, Interface De Computador Sendo Porta Usb E Porta De Impressora Padrão, Sistema Operacional De 10, 32 E 64 Bits, Compatível Com Laser Cut, Corel Draw E Auto Cad, Acompanhar O Exaustor, Compressor, Chiller, Lentes De Corte 50.8 Mm, Com Espelhos De Alta Performance.	1	Unidade

3	Balança mecânica movel, construída em estrutura tubular rígida com plataforma suspensa e cesto pesador com cabos articulados e rodas pneumáticas que permita sua locomoção por apenas uma pessoa e com boa precisão de peso com capacidade de carga de 300kg.	1	Unidade
4	Trator agrícola de rodas de fabricação brasileira do tipo 4x2 com tração dianteira auxiliar (TDA) com motor diesel 4 tempos de gerenciamento eletrônico e injeção "common rail" de potência nominal entre 125 e 150 CV e torque mínimo de 500 N.m; câmbio automático ou semiautomático do tipo "Power Shi" 16x16 ou 20x20 e reversor eletrohidráulico; tomada direta de potência (TDP) 540/540E/1000 RPM com acionamento eletrohidráulico; pneus tipo R1 Radial; piloto automático centrímetro com correção externa de sinal; assento principal pneumático e assento auxiliar; e cabine de fábrica. O trator deverá dispor de sistema de telemetria de dados de máquina e dados operacionais. Inclui: contrapesos metálicos, paralamas dianteiro, treinamento de 40 horas para 2 pessoas, manual do operador impresso e digital e catálogo de peças.	1	Unidade
5	Depiladeira Suínos, Tipo Semi-Automática, Componentes Braços Metálicos; Tambor Espiralado; Chicotes De - , Potência Motor 5 Cv, Tensão Alimentação 220.	1	Unidade
6	TRONCO TOMBADOR PARA OVINOS, para realização de casqueamento e exame do animal, novo, com 2 rodas que permitem fácil transporte, em ferro galvanizado, com dimensões mínimas de: Altura: 1,13 m Comprimento: 1,66 m Largura: 0,63 m. Entregue no Campus São Vicente do Sul.	1	Unidade

7	<p>Picador/Triturador de Galhos 8', Gasolina, 25CV Picador/triturador de galhos com capacidade de trituração de galhos com diâmetro de 8' (20cm) ou superior; capacidade de produção de aproximadamente 20m³/h, acionamento: motor a gasolina com no mínimo 25 CV (4 cilindros) ou superior, refrigeração a ar ou à água, partida elétrica com bateria 12 volts, sistema de embreagem manual, servo-assistida por amortecedor hidráulico; sistema de alimentação: hidrostática, através de motor hidráulico de alta performance; comando através de barra de controle, reversível e velocidade de alimentação infinitamente variável de 0 a 46 m/min. Conjunto de mesa de corte/alimentação: o sistema de corte deve utilizar um disco (rotor) com diâmetro entre 70 a 76 cm e peso de 100 a 125 kg, balanceado dinamicamente, com 4 lâminas de trituração reversíveis e re-afiáveis montadas a 90º entre si, confeccionadas em aço com tratamento térmico, de alta resistência à abrasão e menor índice de vibrações; complementa o sistema de corte, uma contra-faca em aço temperado, com tratamento térmico, ajustável, com fio de corte disponível nas 4 faces; Entrega técnica especializada com agendamento prévio e treinamento operacional da máquina com duração mínima de 2 horas.</p>	1	Unidade
8	<p>Analizador para leite para Contagem de Células Somáticas e Contagem Bacteriana, similar a BacSomatic™.</p>	1	Unidade

9	ROÇADEIRA TRATORIZADA DE ARRASTO, acoplamento na barra de tração, largura mínima de corte de 1800 mm, 4 facas de corte, altura de corte de 120 a 310 mm, transmissão Inroda, com rodas dentadas que acionam a polia motriz, mínimo de 3 correias C75 para acionamento das facas, catraca na polia motriz para desacionamento em caso de parada, dispositivo na catraca para desengrenar a roçadeira e transportar sem acionar as facas, chassi em aço resistente que impeça a projeção de detritos no operador, sistema móvel com pneus para transporte da roçadeira.	1	Unidade
10	CONJUNTO AGRICOLA DE CONCHA DIANTEIRA COMPLETA (VALVULAS, CONEXÃO COM ENGATE SIMPLES E LÂMINAS) ESPECÍFICA PARA TRATOR MASSEY FERGUSON 4283. ACOPLAMENTO E DESACOPLAMENTO RÁPIDO, ACIONAMENTO AUTOMATICO, LARGURA MÍNIMA 1,8 M. ALTURA MINIMA 50 CM. ENTREGA, DESCARREGAMENTO E INSTALAÇÃO DO IMPLEMENTO NO TRATOR POR CONTA DO FORNECEDOR. TAMBÉM DESCRITA COMO KIT PÁ CARREGADEIRA HIDRAULICA AGRÍCOLA. HAVENDO NECESSIDADE SERÁ SOLICITADO FOTOS E/OU VIDEOS DO IMPLEMENTO. 12 MESES DE GARANTIA. SIMILAR OU SUPERIOR A PAM BALDAN. EQUIPAMENTO NOVO.	1	Unidade
11	Pass Through Quente em aço inox AISI 304 escovado. Conservação e estocagem de alimentos prontos. Controlador digital, revestimento interno inox portas com travamento, rodízios com travas, capacidade de aproximadamente 24 GN 1/1 – 65mm ou 20 GN's 1/1 – 100mm, Voltagem: 220V. Dotado de duas portas sendo uma de cada lado e visor de temperatura externo. Capacidade de 500 a 700 litros, temperatura máxima de 80 a 90°C, mínima de 30°C. Revestimento interno em unidade alumínio e fundo em aço inox, isolamento em poliuretano. Garantia mínima de 1 ano. Qualidade igual ou superior a INDUSFRIO® cozinhas industriais.	1	unidade

12	Cama beliche, material aço, quantidade leitos 2 un, comprimento mínimo 190 cm, largura mínima 80 cm, características adicionais com escada lateral e material protegido contra ferrugem.	80	unidade
13	ARMÁRIO DE AÇO FECHADO PARA GUARDA DE PERTENÇES: mobiliário fabricado com aço de qualidade e procedência, em chapa mínima de 26 (0,45 mm). possuir mínimo 04 (quatro) prateleiras removíveis e reguláveis verticalmente no mínimo a cada 50 mm, aptas a suportar mínimo 25 kg. (uniformemente distribuídos), equipado com mínimo 04 (quatro) sapatas plásticas niveladoras. dispor de sistema de fechadura conjugada à maçaneta cromada, com fechamento em sistema de varão. as portas são constituídas no mínimo 02 (duas) folhas, com mínimo 03 (três) dobradiças reforçadas em cada uma, com mata-junta central. submetido a pré-tratamento com nanotecnologia e pintura eletrostática, em linha automatizada e contínua, com tinta a pó.	60	unidade
14	MÁQUINA LAVAR ROUPA, TIPO: LAVADORA E SECADORA, CAPACIDADE: 11 KG, APLICAÇÃO: LAVAGEM E SECAGEM DE ROUPAS COM ÁGUA QUENTE E FRIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABERTURA FRONTAL COM TRAVA DE SEGURANÇA, VOLTAGEM: 220 V, MATERIAL GABINETE: AÇO INOXIDÁVEL.	2	UNIDADE

15	Refrigerador - Tipo: geladeira; Cor: branca; Voltagem: 220V ou bivolt. Capacidade Mínima: 260 litros; Prateleiras: As prateleiras e os complementos devem ser reguláveis permitindo o ajuste da altura conforme a necessidade. Características adicionais: com iluminação interna; frost free; nível de consumo "A" conforme regulamentação do INMETRO; Quantidade de portas: 1 porta; Garantia mínima: 12 meses; Observação: as grades devem ser removíveis e reguláveis para facilitar a limpeza.	27	unidade
16	Forno de Micro-ondas com capacidade total mínima de 30 litros, potência mínima 800W, voltagem 220V, prato giratório, funções como descongelar, manter aquecido, relógio e teclas pré-programadas. Classificação energética "A". Garantia mínima de 12 meses a contar da entrega. Apresentar na proposta marca e modelo do produto.	27	unidade
17	Televisor LED 60 a 65 polegadas; Wi-Fi embutido; resolução de tela Full HD 1080p ou superior; conversor digital integrado; tipo smartv (navegador web, download de aplicativos, conexão DLNA); menu com idioma em português; potência mínima de áudio: 10W + 10W; recursos de áudio: surround virtual, Dolby Digital; manual em português; voltagem bivolt automática; controle remoto; conexões mínimas: 2 HDMI; 2 USB; 1 Entrada componente (Y/Pb/Pr); 1 Entrada de vídeo composto (AV); 1 Ethernet (LAN); 1 saída de áudio analógica (mini jack); 1 saída digital óptica; 2 entradas de RF (Terrestre/ Cabo); deve acompanhar cabo HDMI de, no mínimo, 10m (dez metros) de extensão.	2	unidade
18	Bebedouro em aço Inox industrial com 4 (quatro) torneiras, alimentação 220 V com as seguintes características: frente 80 cm, lateral 60 cm altura 1,50 cm, condensação em ar forçado, armazenamento de água de 100 litros, compressor hermético 1/5 HP, torneiras em aço inox, altura da torneira compatível com garrafas Pet de 2 litros pingadeira em aço inox, com filtro de carvão ativado e sistema de refrigeração. Água gelada modelo pre200 ou similar. (COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO).	2	unidade

19	Colchão de espuma d-33 (mínimo) med. 17x78x188cm (axlxc), peso até 130 kg, rev estido em tecido 100% poliéster, placa de espuma 100% poliuretano c-33, faixa e tampos bordados, proteção antiácaros e antialérgico. garantia mínima: 3 mes es para o tecido e 12 meses para a espuma.	100	unidade
20	AUTOCLAVE 21L : Indicada para esterilização a vapor sob pressão. Ideal para consultórios odontológicos e consultórios médicos. Equipamento produzido dentro dos mais rígidos padrões de qualidade, com sistema de rastreabilidade que cumpre a norma. NBR ISO 13485. É necessário realizar o desbloqueio antes do primeiro uso, garantindo assim segurança e rastreabilidade do produto. Fácil manuseio. Design moderno. Digital com display de LCD. Bivolt automático - 127/220V que permite ser utilizado em redes elétricas com variações entre 95 até 254 V. 5 Programas de Esterilização: Desaceleração e despressurização automática. Capacidade 21 litros. Teclado de controle na cor azul. Tapa e câmara em aço inox que facilita a limpeza. Câmara com 3 bandejas em alumínio anodizado com espaço para 4ª bandeja opcional. Secagem ultra eficiente com porta fechada. Conta com 27 sistemas de segurança entre os quais Chave e trava da porta, Sistema Eletrônico de cruzamento de dados e Sistema eletrônico de controle de potência.	1	unidade

1.2. *Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.*

1.3. *Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.*

1.4. *Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.*

1.5. *Em havendo divergência na descrição dos itens no sistema compras governamentais e com a descrição do Termo de Referência, prevalecerá a descrição do Termo de Referência, visto que a descrição dos sistemas representam apenas uma aproximação. A análise de aceitação dos itens será feita de acordo com as descrições dos itens conforme descrito na tabela do item 1.1 deste documento.*

1.6. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

1.7. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

1.1. *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

2.1. **Os bens a serem adquiridos classificam-se como bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.**

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho nos seguintes endereços:

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus
São Vicente do Sul**

Rua 20 de Setembro, 2616 - CE 97420-000 - São Vicente do Sul - Rio Grande
do Sul/RS Telefone: (55) 3257-4100

3.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

3.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15(quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da Contratante:

4.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as

indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.*

5.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

5.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a

Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 9.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 9.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 9.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 9.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
 - 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 9.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 9.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de

comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:*

12. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

12.1. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 03 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias;

15.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- 15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1. *O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.*

Município de São Vicente do Sul, RS, 11/12/2020.

identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável